



## AS INTER-RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: do modelo clássico aos novos desafios

Aurora Amélia Brito de Miranda<sup>1</sup>

### RESUMO:

Neste artigo analiso o debate clássico colocado pelas Ciências Sociais no que se refere às relações campo-cidade. As inter-relações campo-cidade são entendidas como parte das estratégias de sobrevivência familiar. Nos casos em que os pais moram na área ou lote rural e filhos, netos moram e trabalham na cidade. Ou então, os parentes e amigos do "urbano" vão para o "rural" nos finais de semana, dias de festas e são presenteados por gêneros alimentícios e estes retribuem com serviços e produtos urbanos.

**Palavras-chave:** Inter-relações campo-cidade, assentamento, cidade, campo.

### ABSTRACT:

In this article I analyze the classic debate posed by the social sciences in relation to rural-urban relations. Where the interrelationships field-town are understood as part of family survival strategies. In cases where the parents live in the area or lot and rural children, grandchildren live and work in the city. Or the relatives and friends of the "urban" go to "rural" weekend, feast days and are presented by food and they reciprocate with urban services and products.

**Keywords:** Interrelationships rural-urban, settlement, city, country.

---

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: aameliabm@uol.com.br



## 1. INTRODUÇÃO

A supressão da oposição cidade e campo não é só possível, mas formou-se uma necessidade direta da própria produção da indústria, como se tornou igualmente uma necessidade da produção agrícola, e ainda por cima, da higiene pública, só com a fusão da cidade com o campo é que se pode eliminar a intoxicação atual do ar, da água e do sol: só ela pode levar as massas que hoje definham nas cidades ao ponto em que seu estrume sirva para produzir plantas em vez de produzir doenças (Friedrich Engels. 1987, em Anti-During).

No Brasil, as relações campo-cidade já fazem parte do cotidiano da maioria das famílias. Pois em muitos casos os pais moram na área ou lote rural e filhos, netos moram e trabalham na cidade. Ou então os parentes e amigos do "urbano" vão para o "rural" nos finais de semana, dias de festas e são presenteados por gêneros alimentícios e estes retribuem com serviços e produtos urbanos.

A dificuldade para identificar e problematizar as relações entre campo e cidade, parte da própria academia, quando, por exemplo, nas ciências sociais, disciplinas como a geografia e sociologia são respectivamente divididas entre (agrária/ urbana; rural/urbano), ou seja, nas próprias disciplinas as relações campo e cidade são discutidas de formas dicotômicas.

O debate clássico nas Ciências Sociais, sobre as relações cidade-campo, não foram ainda devidamente aprofundados, sua complexidade fica restrita à hipótese teórica de que, com a expansão das relações capitalistas, haveria sem dúvida a urbanização da população brasileira, bem como de sua economia. A terra e o trabalho no campo responderiam prontamente às leis do capital e que a contradição social, entre proletariado e burguesia, se daria nas cidades.

Os estudos sociológicos marcados pelo positivismo passaram a constatar as *diferenças* entre rural e o urbano e assim, justificar o processo histórico linear do capitalismo e, com ele, a relação funcional entre campo e cidade.

A partir da urbanização da sociedade, emerge uma crise marcada por um conjunto de transformações relacionadas à intensa migração do campo para a cidade, e o conseqüente esvaziamento do campo. O campesinato, que compunha a grande maioria da população de países que, como o Brasil, veio a conhecer um processo de



modernização considerado, de um ponto de vista evolucionista, “tardio” passava a ser visto como o atraso, arcaico, na medida em que representava um empecilho para o “pleno desenvolvimento das forças produtivas” nacionais, com sua “economia de subsistência”. (MARTINS, 1986).

O desenvolvimento dos mercados internos nacionais e das relações de trabalho no campo nos chamados países de “desenvolvimento tardio” como o Brasil tenderia de acordo com LÊNIN (1982) e KAUTSKY (1968) ao desaparecimento de sua “economia natural”, tese refutada, porém por CHAYANOV (1986), que afirmava que a especificidade da economia doméstica representava outro caminho no desenvolvimento do capitalismo.

## 2. AS INTER-RELAÇÕES CAMPO-CIDADE.

As transformações ocorridas no campo (migração campo-cidade e a tecnificação do trabalho no campo) foram entendidas pelos estudiosos, principalmente pela sociologia, como *pares de ideias constitutivas opostas*, e não *contraditórias*, *propostas* como “fundamento de diagnóstico das discontinuidades da vida social, de modo que em cada termo da dicotomia não haja ambigüidades.” (MARQUES, 2002, p.101).

A socióloga Maria Inês de Queiroz (1979, p.161) afirma: “Nem sempre teria havido heterogeneidade marcada entre campo e cidade, ou melhor, que as relações entre ambos não teriam sido sempre as mesmas”.

A autora se coloca contra as classificações dicotômicas e estanques para a interpretação das dinâmicas sociais, propondo então, o estudo das inter-relações entre cidade e campo. Campo e cidade, de fato, tornam-se progressivamente distintos, porém, inter-relacionados.

Queiroz (1979) define três tipos de sociedades globais no que se refere às relações campo e cidade: sociedades internamente indiferenciadas no que se refere ao rural e ao urbano, que são as sociedades tribais, as sociedades agrárias e as sociedades industriais.



Conforme a autora, o equilíbrio entre campo e cidade será diverso conforme o tipo de sociedade.

Nas sociedades agrárias, cidade e campo coexistem, mas o campo domina a cidade, embora esta o organize e seja seu centro administrativo; a dominação é demográfica e econômica. Nas sociedades urbanas, a coexistência também se verifica entre campo e cidade, porém a cidade domina o campo, que passa para um plano secundário, demográfica e economicamente (Queiroz, 1979, p.162).

Os três tipos de sociedade identificados pela autora, “podem ser concomitantes no tempo e no espaço numa sociedade como a brasileira”. Ou seja, numa mesma sociedade global pode “reunir em arranjos variados ou os três tipos sociais, ou dois deles, variando o grau de dominação de cada um, e formando tais sociedades complexos sincréticos”. (QUEIROZ, 1979, p.163).

Ainda segundo Queiroz (1979), o meio rural não pode ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade.

O avanço do processo de urbanização e a “industrialização” da agricultura, segundo os estudiosos que defendem a idéia do contínuum rural – urbano, afirmam a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, a modernização deste e conseqüentemente destruição do campo, visto como arcaico.

Estas concepções estão relacionadas de acordo com Marques (2002), em duas grandes abordagens sociológicas: a dicotômica e a contínuum:

Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto, que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes (classificações) entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (Marques, 2002, p.100).

O que há é uma diferença de intensidades e não contrastes entre o campo e a cidade. No intuito de solucionar as questões que diz respeito aos espaços rurais e suas relações com a cidade e principalmente com o mercado, há uma perspectiva instrumentalista que defende “novas estratégias de desenvolvimento rural” (MARQUES, 2000). Porém, continuam pensando um “velho” papel (subordinado) para o campo em



relação com a cidade, pressuposto que está por trás do conceito de “agricultura familiar” (ABROMOVAY, 1992) e da ideia de que o meio rural teria deixado de ser predominantemente agrícola, restando apenas alguns agricultores mais “dinâmicos” e “eficientes”, seria um “novo rural” - denominação dada por (GRAZIANO DA SILVA, 1996), a partir do crescimento do setor de serviços no meio rural, cada vez mais urbanizado. Na visão destes autores não haveria o desaparecimento do rural, mas sim, uma relação de funcionalidade deste para com a demanda dos mercados urbanos.

Ao contrário da completa polarização social no campo, prevista por autores de orientação leninista, o rural na perspectiva destes autores, tornou-se novamente uma potência econômica por suas qualidades intrínsecas, comportando múltiplas atividades e funções.

Contra a dicotomia na concepção de urbano e de rural, ABROMOVAY (2000) vê um *continuum* entre espaços *essencialmente* rurais, *relativamente* rurais e *essencialmente* urbanos. ABROMOVAY (1999) ressalta que na literatura internacional, define-se a ruralidade a partir de três aspectos: a importância de áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano, onde se concebe a ideia de que o rural não seja uma categoria da natureza setorial, e sim, territorial. Ponto que há consonância com os pressupostos do *rurbano* de GRAZIANO DA SILVA (1999).

Estas proposições objetivam apenas a viabilidade econômica do espaço rural, em detrimento das relações camponesas e sua reprodução. Portanto, uma “análise de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas mudanças verificadas na relação campo-cidade” (MARQUES, 2002)

Queiroz (1978) apresenta os diferentes momentos históricos da sociedade latino-americanas em que houve diversas formas de inter-relações entre o rural e o urbano sem que houvesse a anulação de um dos pólos da relação.

Quando se refere ao período colonial brasileiro, a autora afirma que “não houve uma dualidade marcante campo – cidade, concentrando-se a vida sócio-econômica nas grandes, médias e pequenas propriedades” (Queiroz, 1978, p.39).



Sergio Buarque de Holanda (1936) destaca a pujança dos domínios rurais, comparado à mesquinhez urbana. E mesmo com a independência do país, as cidades centralizavam o poder político-administrativo, mas dependiam economicamente do meio rural.

Queiroz (1978) afirma que,

uma nova dialética pouco a pouco se substituiu a dialética da imanência mútua, porém não é uma dialética de contrários entre cidade e campo; por muito tempo reinaria a dialética da complementaridade, pois cada um se afirmava em função do outro, não podendo ser compreendido isoladamente, nem ser também reduzido ao outro, e concorrendo um ativamente para a vigência do outro (Queiroz, 1978, p.40).

Entendo, portanto, que a relação campo-cidade, cidade-campo, não é de oposição, nem de isolamento, mas de complementaridade e de inter-relações.

Tomando como referência o Projeto de Assentamento Brejo de São Felix/MA<sup>2</sup>, percebi que há diferentes trajetórias de vida. Algumas pessoas nunca moraram fora do assentamento, enquanto outras foram e continuam indo para a cidade, gerando conflito nas relações com o INCRA. Os *assentados* argumentam que faltam condições para trabalhar na terra, o que gera a necessidade de buscar trabalho em outros locais. O destino prioritário é Brasília, mas vão também para São Paulo, Rio de Janeiro e para outros municípios do próprio estado do Maranhão. Em Brasília, vivem principalmente no seu entorno: Pedregal, Val Paraíso e Santo Antonio do Descoberto. (Miranda, 2010).

A fala do assentado Sebastião de Souza da Silva, que morou em torno de 14 anos fora do assentamento, aponta para esta necessidade de capitalização: “[...] a gente quer ganhar fora e representar aqui na comunidade, terra natal. O sonho é retornar para o Brejo”. (Entrevista realizada em janeiro de 2007). Assim, partem em busca de melhores condições de vida.

Portanto, para ser *assentado*, é preciso ter condições econômicas que só a posse da terra não garante.

Wanderley (1996) chama a atenção para a precariedade e a instabilidade da unidade familiar. Nas suas palavras, “[...] o trabalho externo se torna, na maioria dos

---

<sup>2</sup> Assentamento que foi objeto empírico da tese defendida pela autora, intitulada “De arrendatários a proprietários: a sociabilidade no assentamento Brejo de São Félix”. UFMA. São Luís/MA. 2007.



casos, uma necessidade estrutural. Isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, como do próprio estabelecimento familiar” (1996, p. 13).

Este aspecto é de grande importância, porque não se trata simplesmente de demonstrar que os *assentados* não conseguem gerar renda suficiente para manter a família. Mas o estabelecimento familiar se reproduz, a despeito do trabalho externo e, em estreita dependência deste.

De acordo com Miranda (2010, p.220), essas pessoas passam algum tempo fora do assentamento, principalmente no período da entressafra, mas em sua grande maioria retornam. Não perdem o vínculo com o assentamento, pois enviam recursos, mantêm contatos com os familiares e quando conseguem melhorar de vida, ou seja, reunir uma poupança para investir em um negócio próprio, retornam, como afirmou José Pereira de Souza, 36 anos (Duda)<sup>3</sup>:

[...] a vontade era muito de vir para cá, a vontade era grande. O que mais marca era a carga horária de trabalho, porque a construção civil é quase uma escravidão, não tem horário, não pode chegar atrasado, tudo aquilo ali, para que tem responsabilidade, marca a gente, mas dar graça a Deus aquele que está trabalhando. O objetivo da gente era manter a família em condição. O objetivo é trabalhar mais e voltar para trabalhar por sua conta. Nas férias eu vinha, primeira filha eu tive aqui, conversar com os irmãos; A gente é uma família integrada, eu sempre prometia que vinha. Meu objetivo era voltar. (Entrevista realizada em Março de 2007).

Além deste contingente de pessoas que saem do assentamento, existem pessoas que moram em lugares relativamente próximos ao assentamento, como nos arredores do município de Matões, Parnarama, Caxias, Teresina e em lugares distantes, como Brasília ou São Paulo, que se reconhecem como pertencentes às comunidades do assentamento Brejo de São Félix. São pessoas que saíram da comunidade, principalmente motivadas a buscar escolas para os filhos e procurar trabalho.

Mesmo de forma precária, as estradas, o transporte e a ampliação dos meios de comunicação de certa forma diminuíram as distâncias físicas, espaciais e o estilo de vida campo-cidade. Assim, embora haja uma hierarquia entre as localidades, há uma certa imbricação entre os territórios que ultrapassam a dicotomia rural-urbano.

<sup>3</sup>Duda faz parte de uma família de nove irmãos. Perdeu o pai ainda pequeno e foi criado pela irmã Lúcia. Duda esteve fora por 12 (doze) anos, primeiro em São Paulo e depois Brasília, onde afirmou que melhorou de vida, tirou carteira de motorista e as “coisas começaram a melhorar”.



Essas situações expressam a dissonância entre a lógica do INCRA e a dos *assentados*. Para o INCRA, o *assentamento* define-se como um espaço físico limitado e a relação com esse espaço se dá pela permanência nele. Para os *assentados*, o *assentamento* é um lugar de reprodução de relações diversas e suas fronteiras transcendem os limites físicos da demarcação administrativo-burocrática.

De um lado, o INCRA visa à inserção das famílias *assentadas* no sistema econômico em vigor, a partir de uma intervenção concebida segundo parâmetros da racionalidade técnica e valores da ideologia moderna. De outro, os *assentados* visam tornar-se donos de sua própria terra para realizar um projeto de vida pautado por seus valores e tradição.

Uma característica importante do *assentamento* Brejo de São Félix e do espaço rural em foco é sua proximidade aos centros urbanos das cidades do entorno, Matões e Parnarama. Os *assentados* têm uma *relativa* facilidade para ir à cidade, trajeto que pode ser feito por ônibus municipais. Podem vender pessoalmente seus produtos na feira, e alguns até estudam em Matões. Ou seja, os *assentados* têm uma vivência urbana já trabalharam ou continuam trabalhando no contexto dos mais diversos serviços urbanos. (MIRANDA, 2010)

Observei no *assentamento* Brejo de São Félix uma situação semelhante àquela identificada por Ruschel (2007) nos assentamentos rurais do MST no município de Vitória da Conquista/BA. Resguardadas as devidas diferenças do contexto e histórico de cada caso, conforme coloca esse autor:

[...] o *assentamento*, parcialmente modificado pelos influxos modernizantes, recomposto pela presença dos movimentos sociais, com seu relacionamento estreito com o meio urbano tanto para o comércio como para o trabalho, caracterizam-se pelo entrecruzamento do antigo e do moderno produzindo o as análises recentes concebem como um "novo rural" e uma "nova ruralidade" (RUSCHEL, 2007, p.7).

No *assentamento* Brejo de São Félix, cidade e campo fazem parte da estratégia de sobrevivência familiar. No caso da relação com o município mais próximo, Matões, há situações em que os pais moram no lote e filhos e netos moram e trabalham na cidade.





Esta relação, com algumas mudanças reproduz-se com os que moram mais distante, como Brasília, São Paulo ou Teresina. O contato permanece, enviam recursos para o trabalho na terra ou para outras necessidades, passam as férias, feriados no *assentamento*. Há laços que os mantêm ligados uns aos outros, que são a terra, a história comum, o parentesco, o sentimento de pertencer a um lugar. Trata-se de elos de fortalecimento dos laços familiares, um "porto seguro". O novo e o antigo estão presentes nas expectativas e nos sentidos dos *assentados*. O novo é aceito e integrado contanto que certos aspectos mais fortes de sua cultura não sejam anulados. Isto pode ser percebido, por exemplo, nas festas e nas relações de trabalho. O que mostra a possibilidade de *recriação camponesa* mesmo com o processo de expropriação e migração dos trabalhadores/assentados para a cidade.

### 3. CONCLUSÃO

O agricultor familiar brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra, ou com o mundo rural. A maioria deles continua mantendo alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional.

É por esta razão que o acesso a terra apresenta-se como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador. Porém, o processo de “recampesinização” que se verifica a partir de seu retorno a terra possibilitado por sua luta como sem-terra é marcado por conflitos, ambiguidades e contradições, que traduzem a difícil passagem da ideologia à prática.

Assim, a campesinidade pode ser recriada em novas condições no assentamento, a partir de novas experiências adquiridas na passagem destes trabalhadores pela cidade e na vivência da luta.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Anpocs, Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- CHAYANOV, Alexander.V. **The theory of Peasant economy**. Medison.1986.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo rural brasileiro**. São Paulo. UNICAP. 1999.
- KAUTSKY, Karl. **Questão Agrária**. Rio de Janeiro. Laemart, 1968
- INCRA / MIRAD. **Política de assentamento**. Brasília: Mirad/Incrá, 1987.
- LÊNIN. Vladimir Ili'ch. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo. Abril Cultural, 1982.
- MARQUES, Maria Inês M. **O conceito de espaço rural em questão**. In Terra livre. São Paulo, 2002.
- . **De sem-terra a 'posseiro'**, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO. São Paulo, 2000. (tese de doutorado).
- MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo. Hucitec, 1982.
- MIRANDA. Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários: formas de sociabilidade nos assentamentos rurais**. São Luis: EDUFMA. 2010.
- QUEIROZ. Maria Isaura Pereira de. **Dialética do rural e do urbano**. IN: BLAY, Eva. Alterman (Org). A luta pelo Espaço. Petrópolis. Vozes. 1978.
- RUSCHEL. Benjamin Vanderci: **A formação da sociabilidade nos assentamentos rurais no MST no município de Vitória da Conquista**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.
- SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.
- WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Caxambu, MG.1996.